



Recebido em 27/8/2025  
Aceito em 10/12/2025  
DOI: 10.26512/emtempos.v25i47.59414

## ARTIGO

# Mulheres em Tempos de Disputas: contribuições de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt ao debate sobre a questão das mulheres

Women in Times of Disputes: contributions of Rosa Luxemburg and Hannah Arendt to the debate on the issue of women

*Daiane da Silva Vicente*

Doutoranda em História na Universidade Federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-6437-1068>

**RESUMO:** O presente estudo analisa como as questões relacionadas às mulheres aparecem nos escritos de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt, bem como as semelhanças que ambas apresentam em relação à temática do feminino. Nesse sentido, a categoria “mulher(es)” é fundamental para a obtenção dos resultados. Como material de análise qualitativa, utilizarei os textos em que as autoras abordam diretamente o tema das mulheres. Além disso, busca-se compreender os motivos pelos quais não é adequado interpretar essas duas intelectuais como feministas. O resultado do estudo demonstra que, embora haja uma quantidade limitada de textos escritos por elas sobre a temática das mulheres e um certo distanciamento em relação ao movimento feminista de suas épocas, ambas deixaram contribuições valiosas para a história das mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rosa Luxemburgo. Hannah Arendt. História das Mulheres.

**ABSTRACT:** The present study analyzes how issues related to women appear in the writings of Rosa Luxemburg and Hannah Arendt, as well as the similarities both authors present regarding the theme of femininity. In this sense, the category “woman/women” is fundamental for obtaining the results. As qualitative analytical material, texts in which the authors directly address the theme of women are used. In addition, the study seeks to understand the reasons why it is not appropriate to interpret these two intellectuals as feminists. The results demonstrate that, although there is a limited number of texts written by them on the theme of women and a certain distancing from the feminist movements of their time, both left valuable contributions to the history of women.

**KEYWORDS:** Rosa Luxemburg. Hannah Arendt. Women’s history.

Neste artigo, são evidenciadas as contribuições de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt para as questões das mulheres na história. Por meio da categoria de análise “mulher(es)”, analisa-se como a condição feminina é abordada em seus textos, destacando os elementos que dialogam com debates contemporâneos, frequentemente discutidos pelos feminismos atuais. Não se pretende, contudo, enquadrar tais intelectuais como pensadoras feministas, seja à luz dos movimentos feministas de suas épocas, seja dos contemporâneos. Neste texto, a categoria “mulher(es)” é entendida “como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes” (Rago, 1998, p. 27).

As contribuições do pensamento de Rosa Luxemburgo podem ser encontradas nos campos da política e filosofia, como demonstra, por exemplo, os estudos de Isabel Loureiro,<sup>1</sup> especialista no pensamento de Rosa Luxemburgo. Entre seus escritos, ‘A Revolução Russa’ destaca-se como uma das obras mais polêmicas, por se tratar de um texto crítico sobre os desdobramentos da Revolução Russa, no qual ela analisou tendências autoritárias e defendeu uma concepção de democracia socialista. De modo semelhante, o pensamento de Hannah Arendt oferece uma perspectiva relevante para a filosofia, a política e a história. Sua obra ‘Origens do Totalitarismo’, publicado originalmente em 1951, é fundamental para a compreensão do antissemitismo enquanto questão histórica e das consequências dos regimes totalitários (Arendt, 1989 [1951]). O livro também possibilita compreender a atuação dos chamados “ingredientes totalitários” em diferentes contextos, os quais se cristalizam, por assim dizer, “em movimentos totalitários capazes de avançar sobre a cena pública e atuar no desmanche democrático numa escalada” (Starling, 2021, p. 272).

No que se refere às contribuições para a temática das mulheres, são poucos os textos produzidos por ambas as intelectuais. Também são raros os trabalhos que realizam uma análise voltada especificamente para esse aspecto a partir dos argumentos de Luxemburgo e Arendt.

Tanto Rosa Luxemburgo quanto Hannah Arendt criticaram o movimento feminista de suas épocas, o que exige cautela ao identificá-las como pensadoras feministas. Embora tenham dirigido críticas à atuação desse grupo de mulheres,

---

<sup>1</sup> Professora aposentada do Departamento de Filosofia da UNESP. Ex-presidente (2003-2011) e atual colaboradora da Fundação Rosa Luxemburgo.

ambas refletiram, ainda que de forma discreta, sobre aspectos relacionados às condições e às experiências das mulheres, dimensão que este artigo se propõe a compreender.

O material selecionado para o desenvolvimento deste estudo consiste em três artigos de Rosa Luxemburgo: ‘Senhoras e mulheres’ (2020 [1904]), ‘O voto feminino e a luta de classes’ (2025 [1912]) e ‘A proletária’ (2018 [1914]). Também foram selecionados três textos de Hannah Arendt: o livro ‘Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do romantismo’ (1994 [1957]), o capítulo ‘Rosa Luxemburgo: 1871-1919’, contido no livro ‘Homens em Tempos Sombrios’ (2008a [1968]), e a resenha ‘Sobre a emancipação das mulheres’ (2008b [1946]).

Nesses textos, analisa-se como as mulheres e as questões a elas relacionadas foram abordadas por Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt. Considera-se relevante observar as semelhanças entre ambas, sobretudo porque Arendt se inspirou nas ideias de Luxemburgo (Storlokken, 2006). Estabelece-se também um paralelo com a contemporaneidade, com o objetivo de compreender a atualidade desses pensamentos.

### **Rosa Luxemburgo e o Feminismo: entre críticas ao passado e inspirações para o presente**

Rosa Luxemburgo nasceu em 5 de março de 1871, na cidade de Zamosc, na Polônia, e faleceu em 15 de janeiro de 1919, em Berlim. Foi uma mulher incisiva com as palavras e não tinha receio de expor suas ideias. Nem mesmo Vladimir Lenin escapou de suas críticas. Segundo Jörn Schütrumpf (2015), as divergências intelectuais entre Luxemburgo e Lenin, bem como suas críticas iniciais à dominação bolchevique, são indícios de que o seu pensamento representaria uma ameaça ao regime stalinista que se instauraria em 1927. O autor acrescenta que o perigo residia em sua “exigência de democracia e de vida pública no campo da esquerda, assim como sua incorruptível insistência na liberdade como condição fundamental para qualquer movimento emancipador” (Schütrumpf, 2015, p. 67). Luxemburgo defendia, em seus argumentos, uma democracia — uma democracia socialista — e, segundo o autor, “o único ‘ismo’ que Rosa Luxemburgo sempre aceitou era, sem dúvida, o socialismo; este bastava totalmente para o seu objetivo” (Schütrumpf, 2015, p. 49).

Não se pretende evidenciar as divergências e convergências de ideias entre Rosa Luxemburgo e figuras políticas do seu tempo. No entanto, tudo indica que suas discordâncias intelectuais com seus “camaradas” resultaram na exclusão de

Luxemburgo ao longo de grande parte do século XX. A historiadora Michelle Perrot (2019) comentou sobre o apagamento das mulheres na história, relacionando esse processo à destruição de fontes documentais, muitas vezes praticada pelas próprias mulheres, por julgarem sem importância suas ações. Esse não parece ter sido o caso de Rosa Luxemburgo. Simplesmente, suas atitudes e formas de expressão não correspondiam aos gostos nem às regras estabelecidas pela maioria de seus colegas políticos homens.

Ao buscar compreender como a situação das mulheres aparece em seus poucos textos sobre o tema, ‘Senhoras e mulheres’ (2020 [1904]), ‘O voto feminino e a luta de classes’ (2025 [1912]) e ‘A proletária’ (2018 [1914]), deduziu-se que os eixos centrais poderiam ser divididos em dois: a luta das mulheres pelo direito ao voto, e as diferenças entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres do movimento feminista burguês. Optou-se por desenvolver a discussão com base nesses dois eixos, em vez de organizá-la por texto, uma vez que os temas estão presentes nos três breves escritos de Rosa Luxemburgo.

Em 1912, as mulheres alemãs ainda não haviam conquistado o direito ao voto. No entanto, as mulheres trabalhadoras já estavam inseridas na dinâmica política: faziam campanhas, participavam de comícios, distribuíaam panfletos e arrecadavam assinaturas destinadas à imprensa do partido (Luxemburgo, 2015 [1912]). O que tornava o direito ao voto importante era o fato de que ele lhes permitiria participar dos processos eleitorais, elegendo representantes parlamentares e atuando como candidatas. Assim, o sufrágio feminino reafirmaria a relevância política das mulheres, além de garantir uma participação mais efetiva e livre de discriminação.

A perspectiva apresentada por Luxemburgo (2025 [1912]) sobre a reivindicação do voto feminino envolve a atuação de um movimento de massas, que inclui os homens proletários e lhes atribui a responsabilidade de participar da luta. Mulheres e homens pertencentes à classe trabalhadora deveriam atuar conjuntamente, defendendo a mesma bandeira. Essa concepção contrastava com a atuação das feministas da época. Na Alemanha do início do século XX, haviam dois grupos distintos de mulheres: o movimento feminista, composto por mulheres burguesas, e o movimento das mulheres proletárias, ou movimento de mulheres trabalhadoras, liderado por figuras como Clara Zetkin.

Enquanto a mulher burguesa aspirava às profissões superiores e a uma melhor educação e formação em geral (através do que esperavam resolver a questão feminina), a mulher proletária procurava, em

primeiro lugar, amparo contra o trabalho excessivo, através de leis adequadas à proteção da mulher e da mãe no trabalho (Brink-Friederici, 1990, p. 103).

Para Rosa Luxemburgo (2025 [1912]), o Estado capitalista negava o sufrágio às mulheres trabalhadoras por enxergá-las como uma ameaça às instituições de dominação de classe, como o militarismo e a monarquia. Segundo ela, se o direito ao voto fosse concedido apenas às mulheres da burguesia, não haveria riscos, pois essas colaboravam com a manutenção do governo vigente. Não é à toa que, para Luxemburgo, a única função social dessas mulheres era a reprodução natural da classe dominante. Em contrapartida, as mulheres trabalhadoras eram economicamente independentes e contribuíam para a sociedade de forma equivalente aos homens. Isso revelava o potencial “perigo” representado pelas mulheres da classe trabalhadora: além de possuírem consciência de classe, atuarem politicamente e contribuírem socialmente em pé de igualdade com os homens, caso tivessem seus direitos políticos garantidos por lei, representariam uma ameaça ainda maior ao Estado capitalista. Assim, a justificativa para o voto feminino, no caso das mulheres trabalhadoras, estava no fato delas desempenharem a mesma função econômica que os homens. Portanto, as mesmas “armas” — isto é, os direitos políticos — deveriam ser concedidas a elas para que pudessem se defender (Luxemburgo, 2018 [1914]).

Segundo Rosa Luxemburgo (2018 [1914]), as mulheres burguesas não cultivavam um interesse genuíno pelos direitos políticos, pois, além de muitas não exercerem atividades econômicas, já se beneficiavam da dominação de classe. Os discursos sobre a igualdade de direitos femininos promovidos pelas burguesas eram, para Rosa Luxemburgo, uma “mera ideologia”, fundamentada em argumentos frágeis e superficiais, que se apoiava na ideia de oposição entre mulheres e homens. Luxemburgo entendia que essas reivindicações políticas estavam enraizadas em um abismo social “que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores” e não numa oposição entre mulheres e homens. A verdadeira separação seria “entre o capital e o trabalho” (Luxemburgo, 2018 [1914]).

Outro ponto relevante registrado por Rosa Luxemburgo (2025 [1912]) em seus escritos foi a existência e a mobilização de um movimento de mulheres trabalhadoras, que, em 1912, já atuava há catorze anos. Essa organização feminina estava vinculada ao Partido Social-Democrata (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – DSP) e tinham suas ideias alinhadas à bandeira da social-

democracia, tendo como um de seus principais focos a defesa do direito ao voto feminino. Esse dado é importante para compreendermos as formas de atuação das mulheres trabalhadoras alemãs daquele momento histórico, contrapondo a ideia de que elas não eram organizadas ou qualificadas o suficiente para participar da vida pública.

A avaliação positiva que Rosa Luxemburgo (2020 [1904]) faz do feminismo ocorre quando se refere ao movimento feminista na América, mais especificamente nos Estados Unidos. Para ela, foi o único que realmente lutou pela liberdade política de homens e mulheres, referindo-se ao movimento abolicionista, no qual as mulheres americanas uniram suas pautas à luta pelo fim da escravidão. Foi justamente nesse movimento que as mulheres estadunidenses iniciaram sua militância e aprenderam a se organizar, a se mobilizar publicamente e a atuar por meio de petições.

Foram sobretudo as irmãs Grimké, Sarah e Angelina, as primeiras a conseguir o direito de as mulheres americanas falarem em público e, desse modo, fazer ouvir as suas vozes e opiniões na defesa da causa abolicionista (Abreu, 2002, p. 453).

Para Rosa Luxemburgo,

Naquela época, o movimento feminista na América era permeado pela convicção de que a causa das mulheres estava estreitamente ligada à questão da mudança social em geral, de que a mulher não devia lutar apenas por seus próprios direitos e liberdade, mas também pela igualdade e fraternidade entre todos os seres humanos, pela abolição de toda desigualdade e de toda injustiça social (Luxemburgo, 2020 [1904], n.p.).

Com base nesses aspectos, Luxemburgo oferece indícios de questões importantes para compreender a complexidade e a abrangência da luta das mulheres. Embora não utilize expressões que permitam uma leitura social mais precisa sobre quem eram, de fato, as pessoas envolvidas no que ela chamou de movimento feminista americano (século XIX), é possível deduzir que mulheres negras estiveram presentes nas discussões da época. Para Luxemburgo, o feminismo burguês europeu se diferenciava do movimento feminista americano: o primeiro era, segundo ela, um movimento de mulheres burguesas que não conseguiam relacionar os problemas das mulheres às condições sociais em geral; já o segundo era descrito como um movimento mais abrangente por acolher a perspectiva de uma mudança social ampla, que incluísse igualdade e fraternidade entre mulheres e homens — exatamente como, segundo Luxemburgo (2020 [1904]), deveria ser a luta das mulheres.

É interessante ressaltar que, com base nos textos selecionados para análise, as críticas de Luxemburgo ao feminismo são direcionadas especificamente ao

movimento feminista burguês da Europa do século XIX e início do século XX — possivelmente aquele com o qual teve mais contato, devido à sua localização geográfica. Por isso, pôde tecer críticas mais diretas às formas de atuação e organização das mulheres ligadas à burguesia.

O último aspecto trazido para discussão, extraído dos escritos de Rosa Luxemburgo, refere-se à sua atenção ao não reconhecimento do trabalho doméstico. Essa questão aparece principalmente como uma crítica formulada pela autora, sem indícios de que tenha existido uma mobilização forte e atuante que se manifestasse de forma contrária a esse não reconhecimento. O trabalho doméstico é definido por Dominique Fougeyrollas-Schwebel como:

Um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família — domicílio conjugal e parentela — trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 257).

Não é possível afirmar que Rosa Luxemburgo seguia uma linha de raciocínio semelhante à das teóricas que discutem a questão na atualidade, especialmente aquelas que analisam a situação no Brasil, como Cristina Bruschini (2006) e Flávia Fernandes de Souza (2015). O movimento de libertação das mulheres, ocorrido em países ocidentais — como na França, no final da década de 1960 — apoiou-se na invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres. Essa invisibilidade, segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009), resultaria de dois fatores: com a industrialização a família teria perdido o seu papel produtivo, passando a ser definida como um espaço de consumo; e os papéis distintos entre mulheres e homens passaram a ser enxergadas como “naturais”. A partir disso, questões científicas e políticas sobre o trabalho doméstico das mulheres foram colocadas em pauta.

Este tipo de trabalho não é produtivo no sentido da atual ordem econômica capitalista, apesar de, em mil pequenos esforços, resultar em um benefício gigantesco em autossacrifício e gasto energético. [...] Enquanto o capital e o trabalho assalariado dominarem, apenas o trabalho que produz mais-valia, que cria lucro capitalista, pode ser considerado trabalho produtivo. Deste ponto de vista, a dançarina de music hall cujas pernas são um benefício para o bolso do empregador é um trabalho produtivo, enquanto a maioria das mulheres proletárias e mães dentro das quatro paredes das suas casas são consideradas improdutivas. Isto pode parecer brutal e insano, mas corresponde exatamente à brutalidade e insanidade do atual sistema econômico capitalista, e apreender clara e nitidamente esta realidade brutal é a primeira tarefa das mulheres proletárias (Luxemburgo, 2025 [1912], n.p.).

A falta de remuneração do trabalho doméstico faz com que muitas donas de casa permaneçam politicamente invisibilizadas. Anos após a morte de Rosa Luxemburgo, os comunistas brasileiros passaram a sugerir a inclusão desse grupo social de mulheres na militância do partido. Mesmo surpresa com a proposta, a

Internacional Comunista recomendou a aproximação dessas mulheres com os sindicatos de seus maridos, considerando que, como suas atividades domésticas não eram remuneradas, elas não poderiam ter sindicato próprio (Soares, 2021). Nesse sentido, tentou-se minimizar a situação das mulheres donas de casa.

Atualmente, há quem questione se Rosa Luxemburgo poderia ser considerada uma feminista. Segundo Hernán Ouviaña (2021), embora ela não tenha escrito muitos textos que abordassem diretamente o protagonismo das mulheres, ao longo de sua vida pessoal e militante demonstrou sensibilidade às reivindicações que, à época, eram defendidas pelo movimento feminista. No entanto, manteve “o cuidado de não dissociar essas exigências da dinâmica geral da luta de classes” (Ouviaña, 2021, p. 132).

Se a trajetória de Rosa Luxemburgo for analisada apenas a partir da perspectiva da atualidade, é impossível dissociar sua imagem do feminismo. No entanto, isso seria um anacronismo, tendo em vista que o movimento feminista europeu da época de Luxemburgo era majoritariamente burguês e não contemplava a situação das mulheres trabalhadora. Foi justamente esse aspecto — de forma bastante enfática — que Rosa Luxemburgo criticou com duras palavras.

É inegável a contribuição de Rosa Luxemburgo para muitas feministas da atualidade. Ela inspira teóricas que, cada vez mais, buscam em seus escritos ideias que possam contribuir com a causa das mulheres nos dias de hoje. Como exemplo, Nancy Holmstrom (2019) afirmou que, se Rosa Luxemburgo tivesse tido contato com as discussões sobre interseccionalidade, certamente defenderia essa perspectiva, compreendendo que existem formas de opressão comuns a todas as mulheres, bem como que variam de acordo com os grupos sociais aos que pertencem (Collins; Bilge, 2020).

### **Hannah Arendt e a Condição Feminina: entre decepção, política, intelectualidade e crítica ao feminismo**

Hannah Arendt nasceu em 14 de outubro de 1906, na Alemanha. Arendt enfrentou perseguições e preconceitos devido à sua origem judaica. Sobreviveu à Segunda Guerra Mundial e encontrou refúgio nos Estados Unidos em 1941, onde viveu até sua morte, em 1975 (Heberlein, 2021).

Os temas abordados por Hannah Arendt ao longo de sua trajetória intelectual não deram grande ênfase a questões relacionadas às mulheres. São poucos os trabalhos em que a autora refletiu sobre a situação feminina, seja sob uma perspectiva filosófica, seja histórica. O que se apresenta nestas páginas

são recortes de ideias que remetem a uma perspectiva voltada às mulheres, buscando analisar o alcance das contribuições de Arendt. Não há, contudo, a intenção de examinar de que modo seus conceitos e teorias podem ser aplicados no pensamento feminista, como ocorreu na obra organizada por Bonnie Honig, ‘Feminist Interpretations of Hannah Arendt’ (1994).

De modo geral, Arendt discutiu trajetórias de mulheres, investigando a situação de uma mulher judia alemã e de uma mulher ativa nos debates políticos, além de refletir sobre os avanços para as mulheres de seu tempo. Nesse contexto, abriu espaço para discutir as imposições sociais, a aparência feminina, o casamento, a opressão, a emancipação feminina e os preconceitos relacionados à ocupação das mulheres na esfera pública.

Muitas das questões apontadas anteriormente podem ser encontradas no livro ‘Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do romantismo’ (1994 [1957]). Esta obra de Arendt é pouco conhecida, mas traz reflexões interessantes que poderiam facilmente ter sido abordadas considerando apenas a perspectiva feminina ou os estudos de gênero, além de conter elementos que remetem à atualidade. Trabalhos voltados para a análise dessa obra destacam os salões judeus como espaço de diálogo e igualdade (Costa; Ribeiro, 2022), eram lugares abertos para mulheres, que, ao mesmo tempo, situavam-se entre o espaço público e o privado. Este livro é uma pesquisa biográfica na qual Hannah Arendt utilizou, como fontes documentais, os diários e as correspondências de Rahel Varnhagen com outras figuras de sua época. Segundo a autora, o objetivo era narrar a vida da personagem “como ela própria poderia ter feito” (Arendt, 1994 [1957], p. 11).

O que Hannah Arendt (1994 [1957]) propõe é que todas as dificuldades e frustrações vividas por Rahel ao longo de sua vida decorreram de sua condição de judia. Uma condição da qual tentou fugir continuamente, mudando de lugar, recorrendo ao casamento, mas sem jamais conseguir apagar seus traços ou se desvincular totalmente da sua origem. Arendt destaca elementos fundamentais que contribuem para a análise da condição feminina.

Segundo Arendt (1994 [1957]), Rahel era uma mulher que não possuía beleza — aspecto considerado negativo pela sociedade da época, pois a impossibilitava de alcançar determinados benefícios. “A beleza nas mulheres pode ser poder, e as moças judias frequentemente eram desposadas não apenas por seus dotes” (Arendt, 1994 [1957], p. 17). Essa percepção reflete as dificuldades enfrentadas pela personagem, que,

Portanto, nem rica, nem culta, nem bonita! E também praticamente sem armas como que iniciar a grande luta pelo reconhecimento na sociedade, pela existência social, por um pedacinho de felicidade, por segurança e uma posição estabelecida no mundo burguês (Arendt, 1994 [1957], p. 18).

Essa ausência é apontada como um dos fatores que dificultavam sua ascensão social, impedindo-a de escapar ou mascarar completamente sua origem judaica. Por outro lado, o suposto desespero de Rahel por não possuir tais atributos podem ser compreendidos como o reflexo dos pesos sociais impostos a todas as mulheres da época — uma condição que reverbera até os dias atuais. Afinal, qualquer mulher desprovida de beleza, recursos ou “cultura” tende a ser desprezada em grande parte das sociedades. A condição de ser uma mulher judia representaria apenas mais um recorte de opressão entre tantos outros.

Segundo Arendt (1994 [1957]), Rahel possuía uma personalidade romântica — talvez daí viesse seus pensamentos sobre o amor e o casamento. Isso demonstra que, além de buscar soluções para sua origem, ela também alimentava ilusões em relação a esse sentimento e ao matrimônio. A forma como o casamento era compreendido passou por diversas modificações ao longo da história; o modelo vigente a partir do século XVIII passou a considerar os sentimentos entre o casal, sendo o amor, na maioria das vezes, priorizado (Carvalho; Paiva, 2010).

Hannah Arendt chama atenção para o que ela entende como um “problema feminino”, pelo menos na perspectiva da situação de Rahel. Ela trata esse problema como uma divergência entre o que os homens esperavam de todas as mulheres e o que as mulheres poderiam oferecer e desejavam dos homens. Arendt considera isso como algo determinado pelas circunstâncias da época, que não poderia ser mudado (Arendt, 1994 [1957]). Consequentemente, Rahel não tinha condições de oferecer beleza, “cultura” e riquezas, como geralmente o homem burguês esperava, mas buscava o amor e a ascensão social.

Antes de casar-se com August Varnhagen Von Ense, em 1814, Rahel ficou noiva duas vezes: primeiro com Karl Von Finckenstein e depois com Don Raphael d’Urquijo. Em ambos os noivados, estava apaixonada, mas esse sentimento não foi transferido para o homem com quem se casou. Suas idealizações sobre o amor perderam o sentido, especialmente considerando sua idade avançada. August Varnhagen era 12 anos mais jovem que ela. Pela escrita de Arendt, nota-se que Rahel tinha receios em relação à diferença de idade, mas o que mais a atormentava naquele momento era a solidão. Além disso, talvez essa fosse sua última chance de escapar de sua origem judaica.

Logo após o casamento e ainda antes do efetivo princípio da reação na Prússia, Rahel foi forçada a perceber quão pouco havia lucrado com o casamento e como este lhe havia sido indispensável porquê de qualquer maneira lhe proporcionava um mínimo social, que, ao mesmo tempo, representava o máximo absoluto que podia alcançar (Arendt, 1994 [1957], p. 174).

A busca pela solução dos problemas das mulheres, na maioria das vezes, esteve associada à conquista de um “bom casamento”, independentemente da época ou sociedade. E quanto à expressão “bom casamento”, ela não se refere apenas a um amor correspondido, mas principalmente aos aspectos econômico e social. Isso refletia as aspirações de Rahel, que desejava um casamento que atendesse a esses requisitos, assim como o amor correspondido.

Segundo Arendt, embora August Varnhagen tivesse sentimentos por Rahel, ele não foi o grande amor dela. O casamento proporcionou a ela o “mínimo social” e, ainda assim, apostou no escuro, pois antes desse relacionamento, August não havia obtido sucesso na vida. Essa decisão refletiu os medos da personagem, especialmente o receio de ficar sozinha e sem ninguém ao seu lado, já que não era mais jovem e nunca foi considerada atraente. Esses temores são comuns no íntimo de muitas mulheres aprisionadas pelas regras de uma sociedade patriarcal, que reforça a ideia de que a salvação feminina está no casamento, independentemente da qualidade da relação matrimonial. Com base nesses aspectos, Arendt compreendia as dificuldades enfrentadas e a forma como a opressão social se manifestava na vida das mulheres.

No livro ‘Homens em Tempos Sombrios’ (2008a [1968]), embora no título traga a palavra “homens”, Arendt dedica um dos capítulos à trajetória de Rosa Luxemburgo. Esse texto é importante para entender como Arendt analisou os preconceitos enfrentados por Luxemburgo enquanto uma mulher inserida nos debates políticos de sua época. Os dados que evidenciam essa discriminação aparecem quando Arendt menciona que a personagem era vista como uma “mulher briguenta”, e que suas ideias eram frequentemente desacreditadas.

Segundo Maria da Glória de Oliveira (2018), as produções intelectuais femininas não são privilegiadas, nem nos estudos de história das mulheres, nem nos de história intelectual. Constata-se a existência de um silenciamento que tende a excluir as ideias elaboradas por mulheres, tratando-as como o “outro”, frequentemente esquecido.

Rosa Luxemburgo, enquanto intelectual, foi marginalizada; suas opiniões foram questionadas e reduzidas ao chamado “luxemburguismo”, tratado como algo inofensivo diante da influência dos bolcheviques.

O “luxemburguismo”, inventado postumamente pelos mercenários do Partido por razões polêmicas, nunca sequer alcançou a honra de ser denunciado como ‘traição’; era tratado como uma doença infantil inofensiva (Arendt, 2008a [1968], p. 53).

Tanto a marginalização quanto o tratamento de oponente “não qualificada o suficiente” são formas de menosprezá-la enquanto mulher na esfera intelectual. Hannah Arendt acrescentou que o pouco que restou da fala e da escrita de Luxemburgo resume-se, em grande parte, a críticas à política bolchevique no início da Revolução Russa. Luxemburgo discordava de Lenin, especialmente por ele enxergar aspectos positivos na guerra:

Pois ela se recusava categoricamente, do princípio ao fim, em ver na guerra outra coisa senão a mais terrível catástrofe, sem importar qual fosse seu resultado final; o preço em vidas humanas, principalmente vidas proletárias, seria alto demais sob quaisquer circunstâncias. Além disso, seria contra seu feito encarar a revolução como beneficiária da guerra e do massacre — coisa que não incomodava minimamente Lenin (Arendt, 2008a [1968], p. 73-74).

Ao desenvolver a discussão sobre Rosa Luxemburgo como uma mulher inserida na política e detentora de um pensamento crítico, Arendt contribuiu para a reflexão sobre a presença das mulheres no campo intelectual. Ela chamou a atenção para a necessidade de pensarmos em métodos capazes de contornar a percepção que ainda tende a enxergar as mulheres intelectuais como inferiores ao pensamento masculino. Nesse sentido, pode-se estabelecer, como estratégia de visibilidade e credibilidade, o uso cada vez mais frequente do pensamento de mulheres no desenvolvimento de ideias e produções escritas.

A resenha de Hannah Arendt, intitulada ‘Sobre a emancipação das mulheres’ (2008b [1946]), trata da desigualdade salarial entre homens e mulheres, bem como da situação das mulheres que trabalham tanto em casa quanto fora dela — algo que hoje se denomina dupla jornada. Segundo Nathalia Costa e Nádia Ribeiro,

Arendt parece sensível ao fato de que as mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho e constata que a igualdade formal de homens e mulheres, na prática, não se realiza. As mulheres sofrem com uma desigualdade econômica com menores salários e uma desigualdade social porque são consideradas responsáveis por atividades como o cuidado com a casa e com a unidade familiar que, por exemplo, passa pela nutrição, educação e construção de laços sociais. Fica claro, neste texto de 1933, o reconhecimento por parte de Arendt da relação existente entre a entrada das mulheres na esfera pública a partir da emancipação e o problema de permanecerem responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a esfera privada (Costa; Ribeiro, 2022, p. 42).

O texto apresenta uma crítica à forma de atuação do movimento feminista da época. As estratégias adotadas por esse movimento, segundo Arendt (2008b [1946]), contemplavam apenas a situação e a inclusão das mulheres, o que

permite interpretá-lo como a atuação de um grupo social homogêneo, ligado à burguesia. A exclusão de outros indivíduos e grupos sociais, bem como a influência de Luxemburgo, forneceram subsídios para que Arendt compreendesse esse movimento feminista como uma ideologia. Para a autora, a ideologia é um produto da Era Moderna, na qual o isolamento e a alienação dos indivíduos favorecem sua difusão (Cruz, 2023). Assim, seu pensamento não se distancia das reflexões de Luxemburgo acerca das frustrações relacionadas ao não reconhecimento do trabalho doméstico e das críticas dirigidas ao movimento feminista.

### **Além do Rótulo: Luxemburgo e Arendt à margem do feminismo tradicional**

Caracterizar Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt como feministas, ou enquadrá-las em alguma das fases do movimento feminista, é um equívoco. Primeiramente, porque ambas criticaram o movimento feminista de suas respectivas épocas. Em segundo lugar, porque, de fato, não se reconheciam dessa forma. O mais próximo disso seria afirmar que ambas adotaram práticas que, atualmente, são consideradas feministas.

A vida dessas duas intelectuais é o que chama a atenção para a provocação em torno de serem ou não feministas. Foram mulheres que não se prenderam às regras morais da sociedade em que viviam.

Rosa Luxemburgo viveu intensamente, alimentou o intelecto, conectou-se com a natureza, preocupou-se com os problemas políticos e sociais de seu tempo e teve muitos amantes. Entre seus parceiros amorosos estavam figuras como Leo Jogiches, um dos fundadores do partido Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia, e Costia Zetkin, filho de Clara Zetkin, treze anos mais jovem que Rosa (Ouviña, 2021).

Hannah Arendt sobreviveu à Segunda Guerra Mundial e às perseguições aos judeus. Tornou-se uma intelectual reconhecida e teve diversos relacionamentos amorosos. O mais polêmico foi o envolvimento, ocorrido na década de 1920, com seu professor Martin Heidegger, dezenove anos mais velho, relação que, em certa medida, é apontada como responsável por ter manchado sua reputação como intelectual, sobretudo em razão do apoio de Heidegger ao regime nazista (Heberlein, 2021).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Heidegger perdeu toda sua credibilidade como intelectual respeitado, e coube a Arendt tentar resgatar sua reputação. Foi ela a responsável pela publicação de seus livros em língua inglesa e pela negociação de contratos em seu nome (Heberlein, 2021).

Os aspectos privados da vida dessas duas mulheres, ainda que não estivessem inseridas em uma vertente feminista, indicam que conseguiram ultrapassar as barreiras impostas às mulheres de seu tempo. Esse fato pode ter contribuído para que considerassem desnecessário um movimento dessa natureza. Não há evidências de que Arendt tenha mantido proximidade com organizações feministas. Luxemburgo, por sua vez, defendeu a união das trabalhadoras e destacou as diferenças entre esse grupo de mulheres e as feministas. Pode-se, contudo, levantar a hipótese de que Rosa Luxemburgo tenha depositado maiores expectativas nos colegas homens do partido, deixando de apoiar-se na união entre mulheres, possibilidade que, de fato, poderia ter assumido proporções significativas.

Ambas estiveram, ao longo de suas vidas, cercadas por figuras masculinas e ocuparam espaços tradicionalmente considerados exclusivos para os homens. Com isso, romperam as barreiras entre os espaços público e privado. Atualmente, essa postura pode ser reconhecida como uma prática feminista.

As duas pensadoras contribuíram significativamente para o campo da teoria política. Arendt inspirou-se, em parte, no pensamento de Luxemburgo para desenvolver suas ideias políticas (Storlokken, 2006). Da mesma forma, seus argumentos sobre a situação das mulheres no feminismo assemelham-se aos de Luxemburgo, no sentido de criticar a atuação individualizada do grupo.

As interpretações sob a ótica de uma “Arendt ginocêntrica” — nas quais se argumenta que ela colocava, ainda que inconscientemente, a perspectiva feminina como central — são problemáticas, pois, segundo Mary G. Dietz (1994), partem de suposições conceituais insuficientes. Acredita-se que interpretar os poucos textos de Hannah Arendt sobre a temática das mulheres seja mais enriquecedor para compreendermos suas contribuições à história das mulheres. Isso não significa que seus conceitos não possam ser utilizados em pesquisas sobre mulheres; muito pelo contrário, isso reforça sua importância intelectual.

Nas décadas que se seguiram à morte de Rosa Luxemburgo, as mulheres ligadas aos partidos comunistas continuaram a rejeitar a nomenclatura “feminista”. A separação entre mulheres feministas e mulheres comunistas ou socialistas perdurou até a década de 1960. A principal justificativa para essa

rejeição era o fato de que o movimento feminista, à época, não contemplava as causas das mulheres pobres e trabalhadoras, sendo ainda reconhecido como uma organização de base burguesa.

Todavia, alguns movimentos que lutam politicamente pela igualdade entre homens e mulheres, as mulheres socialistas da 2<sup>a</sup> e depois da 3<sup>a</sup> Internacionais, rejeitam a qualificação ‘feminista’ porque a seus olhos está marcada pelos fundamentos burgueses das reivindicações de direitos (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 144).

As ideias de Rosa Luxemburgo foram elaboradas com base nas experiências que viveu em sua época. Muitas dessas ideias podem, inclusive, ser consideradas contemporâneas, mas é importante que estejamos atentas e atentos ao contexto histórico em que foram formuladas.

Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt foram duas mulheres ativas nas discussões políticas de suas épocas, períodos marcados por intensas disputas. São inúmeras as contribuições delas para refletirmos sobre os desdobramentos políticos e sobre as questões das mulheres nos espaços público e privado na contemporaneidade.

### **Considerações Finais**

Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt deixaram um legado intelectual significativo, embora nem sempre sejam reconhecidas e debatidas sob essa perspectiva. Suas contribuições para questões relacionadas às mulheres são discretas, mas relevantes para refletir sobre as singularidades de ser mulher, tanto em seu tempo quanto no presente.

As contribuições de ambas as intelectuais para o campo historiográfico da história das mulheres tornam-se evidentes quando são destacados os pontos relacionados às questões do feminino presentes nos textos selecionados para o estudo.

Luxemburgo concordava com o movimento feminista — ou, como ela chamava, movimento feminista burguês — apenas quanto à importância do direito ao voto. Contudo, conforme apresentado anteriormente, atribuía significados distintos às mulheres burguesas e às mulheres trabalhadoras. Seus textos são especialmente relevantes para quem busca compreender a atuação de mulheres socialistas e comunistas antes da década de 1960.

A crítica de Arendt ao movimento feminista dialoga com pontos semelhantes aos apresentados por Luxemburgo. Os textos analisados revelam um terreno fértil para refletir sobre a elaboração de biografias femininas. Atualmente, pesquisas

de abordagens biográficas são fundamentais para dar visibilidade à atuação das mulheres na história. Aspectos como imposições sociais, padrões de aparência feminina, casamento, opressão, emancipação e preconceitos relacionados à presença das mulheres na esfera pública são amplamente discutidos pelas diversas vertentes dos feminismos contemporâneos. Isso evidencia a atualidade do pensamento de Hannah Arendt diante dos problemas enfrentados pelas mulheres.

O posicionamento de ambas em relação à temática do movimento feminista baseava-se em críticas à forma de atuação das mulheres vinculadas a esse movimento. É importante destacar que, em nenhum momento, o posicionamento de Luxemburgo e Arendt é analisado como antifeminista. Tal interpretação atribuiria outras conotações ao debate e desviaria do objetivo principal, que consiste em evidenciar as contribuições de ambas para a história das mulheres. Nem todas as mulheres ou organizações femininas enxergaram — ou ainda enxergam — o feminismo como a única forma de atuação para defender os direitos das mulheres.

Investigar a relação das mulheres com os feminismos ao longo da história é fundamental para compreender os acertos e os limites do movimento feminista. Essa análise possibilita a construção de perspectivas críticas capazes de tornar os feminismos em espaços de teoria e prática mais acolhedoras e politicamente comprometidas com a democracia e o antifascismo. Nesse sentido, as reflexões de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt, ainda que não formuladas a partir de uma identidade feminista explícita, oferecem contribuições relevantes para a história das mulheres e para o debate contemporâneo sobre suas formas de atuação, resistência e emancipação.

## Referências

- ABREU, Zina. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto: movimento sufragista na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago-História**, Portugal, v. VI, n. 2, p. 443-469, 2002.
- ARENDRT, Hannah. **Rahel Varnhagen**: a vida de uma judia alemã na época do romantismo. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994 [1957].
- ARENDRT, Hannah. Rosa Luxemburgo: 1871-1919. In: **Homens em Tempos Sombrios**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008a [1968], p. 47-77.
- ARENDRT, Hannah. Sobre a Emancipação das Mulheres. In: KOHN, Jerome (Org.). **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo - Ensaio (1930-1954). São Paulo: Companhia das letras, 2008b [1946], p. 93-95.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1951].

BRINK-FRIEDERICI, Christl M. K. Momentos Históricos do “novo” e “velho” movimento feminista na Alemanha e no Brasil: convergências e divergências. **Língua e Literatura**, São Paulo, v. 15, n. 18, p. 99-114, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1990.115979>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 31 out. 2025.

CARVALHO, Fernanda Cristina Gomes de; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. LIX, n. 131, p. 223-235, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S000659432009000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000659432009000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 29 out. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Nathalia Rodrigues da; RIBEIRO, Nádia Junqueira. Repensando a questão das mulheres a partir do pensamento político de Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 33-48, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/362512532\\_Repensando\\_a\\_questao\\_das\\_mulheres\\_a\\_partir\\_do\\_pensamento\\_politico\\_de\\_Hannah\\_Arendt](https://www.researchgate.net/publication/362512532_Repensando_a_questao_das_mulheres_a_partir_do_pensamento_politico_de_Hannah_Arendt). Acesso em: 19 jan. 2026.

CRUZ, Robson José Valentino. **Hannah Arendt e a questão da Ideologia**. 2023. 165 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

DIETZ, Mary G. Feminist Receptions of Hannah Arendt. In: HONIG, Bonnie (Org.). **Feminist Interpretations of Hannah Arendt**. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1994, p. 17-50.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 144-148.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 256-262.

HEBERLEIN, Ann. **Arendt: entre o bem e o mal: uma biografia**. Tradução: Kristin Lie Garrubo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HOLMSTROM, Nancy. Rosa Luxemburgo: há legado para as lutas feministas? In: **Instituto Humanistas Unisinos**, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/586112-ha-legado-para-as-lutas-feministas>. Acesso em: 07 maio 2025.

HONIG, Bonnie. **Feminist Interpretations of Hannah Arendt**. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. Senhoras e mulheres. In. **Fundação Rosa Luxemburgo, 2020 [Gazeta Ludowa, 1904]**. Tradução: Isabel Loureiro. Disponível em: <https://rosaluxemburgo.rosalux.org.br/senhoras-e-mulheres/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

LUXEMBURGO, Rosa. O voto feminino e a luta de classes. In. **Nova Cultura, 2025 [1912]**. Tradução: Isabel Loureiro. Disponível em: <https://share.google/taoRBS6jqQXgZF4pP>. Acesso em: 19 jan. 2026.

LUXEMBURGO, Rosa. A proletária. In. **Marxists.org, 2018 [1914]**. Tradução: Isabel Loureiro. Disponível em: <https://share.google/YOsgIvagfwonx4JSm>. Acesso em: 19 de jan. 2026.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 29 out. 2025.

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a Reinvenção da Política**. Tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Boitempo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feministas, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21-42.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **A questão feminina no PCB (1925-1956): As mulheres na cultura política comunista**. 2021. 383 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História do Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 275-296, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2015v7n13p275>. Acesso em: 29 out. 2025.

SCHÜTRUMPF, Jörn. **Rosa Luxemburgo ou preço da liberdade**. Tradução: Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

STARLING, Heloisa Murgel. Posfácio Leia e aja: A atualidade do pensamento de Hannah Arendt. In: HEBERLEIN, Ann. **Arendt: entre o bem e o mal: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 255-278.

STORLOKKEN, Tanja. Mulheres em Tempos Sombrios: Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.23, p.111-128, 2006. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19534>. Acesso em: 29 out. 2025.